

A sustentabilidade e o potencial geoturístico em propriedades rurais no território da proposta do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul - BR

Juliana Rose Jasper¹, Natália Augusta Rothmann Eschiletti², Rosane Maria Lanzer³

1Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, taxista Capes-Prosuc, R. Francisco Getúlio Vargas, 1130, Caxias do Sul/RS, ju.jasper@terra.com.br; 2Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, taxista Capes-Prosuc, R. Francisco Getúlio Vargas, 1130, Caxias do Sul/RS, nataliaeschiletti@gmail.com; 3Professora do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, R. Francisco Getúlio Vargas, 1130, Caxias do Sul/RS, rlanzer@ucs.br.

Palavras-chave: Turismo sustentável; Agenda 2030; Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul.

Para alcançar um turismo mais harmonioso (Krippendorf, 2009) é preciso pensar em práticas sustentáveis que atendam as dimensões social, econômica, institucional e ambiental (Santos e Cândido, 2018). Desta forma, este estudo tem por objetivo analisar a sustentabilidade e o potencial geoturístico nas propriedades rurais inseridas no território da proposta do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul – RS/SC; problematizando a atividade turística, a sustentabilidade e a geodiversidade nas propriedades rurais integrantes desse território. O território proposto para o Geoparque Caminho dos Cânions do Sul RS/SC, apresenta um patrimônio natural (biótico e abiótico) e cultural (material e imaterial) que é utilizado como atrativo turístico em praias, lagos, dunas, rios, falésias, mirantes, furnas, sítios paleontológicos, arqueológicos (Prefeitura de Praia Grande, 2019). O Consórcio Intermunicipal Caminho dos Cânions do Sul encaminhou proposta para obter a chancela *Geopark Unesco*, via Ministério do Turismo, em junho de 2019, através de uma carta de intenção (Prefeitura de Torres, 2019).

A proposta desse Geoparque, localiza-se na região sul do Brasil, em um território compreendido entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. São sete municípios que integram a proposta; quatro em SC (Jacinto Machado, Morro Grande, Praia Grande e Timbé do Sul) e três no RS (Cambará do Sul, Mampituba e Torres), numa área total de 2.830 km², correspondente à porção gaúcha e catarinense da Bacia Sedimentar do Paraná. A história geológica desse território, cuja origem relaciona-se à Sinéclise Paleozoica do Paraná, inclui a fragmentação do continente Gondwana e abertura do Oceano Atlântico Sul durante o Cretáceo. O pacote de rochas sedimentares, Formação Botucatu, depositado em um paleoambiente desértico, foi recoberto por rochas vulcânicas, Formação Serra Geral, oriundas de profundas falhas geológicas que derramaram lava basáltica sobre esta bacia. Além disso, a porção litorânea e plana do território da proposta do Geoparque é formada por sedimentos de sistemas deposicionais Tércio-Quaternários controlados por barreiras pleistocênicas e holocênicas constituídas a partir de transgressões e regressões marinhas. Leques aluviais em proximidade à escarpa do planalto e barreiras arenosas que represaram lagos e lagoas (Wilder, et. al, 2004; Godoy, et. al, 2011) são os principais obstáculos controladores desses sistemas. Os cânions encontrados na escarpa do planalto e serras da Bacia do Paraná foram esculpidos em rochas originadas a partir de um magmatismo único na história geológica da Terra (Lima e Vargas, 2017). Conforme orientações da Unesco (2017), um projeto de geoparque deve sempre andar lado a lado com o desenvolvimento sustentável. Assim como a Unesco (2017) a OMT (2017) propõe também que o turismo deve seguir os preceitos da sustentabilidade, este desenvolvimento sustentável deve alcançar três critérios: equidade social, prudência ecológica e eficiência ecológica. Conceitos e aplicações de sustentabilidade vêm sendo discutidos no turismo em diversos eventos, por diversas entidades e pesquisadores. Essas discussões contribuíram para em 2015 iniciar a construção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e em 2017 é aprovado na Assembleia Geral da

Organização das Nações Unidas - ONU que estabelece 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável – ODS para serem alcançados até 2030. Os Objetivos fazem parte de um Protocolo Internacional da ONU, onde o Brasil e mais 192 Estados Membros das Nações assumiram o compromisso de implementar o Desenvolvimento Sustentável e define a estratégia mundial para os próximos 13 anos. A Agenda 2030 representa uma ferramenta orientadora para planejamento de ações e políticas públicas perenes, capazes de levar o Brasil ao efetivo alcance do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2019).

O método para analisar a sustentabilidade no turismo será a partir da dimensão ambiental contemplados nos ODS da Agenda 2030. Quanto ao potencial geoturístico será realizado um levantamento dos atrativos turísticos a partir de um instrumento com conteúdos da geodiversidade, biodiversidade e histórico-cultural, adaptado a partir de Manosso, Moreira e Silva Júnior (2014). Para a escolha das propriedades rurais que trabalham com o turismo nos municípios de Cambará do Sul e Mampituba – RS, será o cadastro do grupo gestor de turismo rural da SEDACTEL (Emater, 2018). O estudo encontra-se em andamento, mas espera-se como resultado responder positivamente à hipótese de que o turismo no espaço rural de Cambará do Sul vem sendo desenvolvido de forma sustentável buscando sustentar e valorizar a identidade do território, abrangendo a geologia, o meio ambiente, a cultura, a estética, o patrimônio e o bem-estar dos moradores do território (Arouca, 2011) e assim espera-se encontrar práticas de geoturismo nessas propriedades.

Referências

- Arouca. 2011. Arouca Declaration. International Congress Arouca 2011. Unesco: 2011. http://aroucageopark.pt/documents/78/Declaration_Arouca_EN.pdf
- Brasil. 2017. Comissão Nacional ODS. <http://www4.planalto.gov.br/ods/menu-de-relevancia/comissao-ods>
- Emater. 2018. Turismo Rural Gaúcho. <http://www.emater.tcche.br/site/turismo-rural/>
- Godoy, MM., Binotto, RB, Wildner W. 2011. Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul: Proposta. Projeto Geoparques. Serviço Geológico do Brasil. http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/14844/Rel_Godoy_geoparque.pdf?sequence=1
- Krippendorf J. 2009. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.
- Lima FF, Vargas JC. 2017. Estratégia de Geoconservação do Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, Território Catarinense, Produto 2. Secretaria de Estado de Turismo Cultura e Esporte de Santa Catarina. www.sol.sc.gov.br/index.../geoparque/2779-p2-atualizacao-inventario-14-09-17
- Manosso FC, Moreira JC, Silva Junior ED. A Geodiversidade como atratividade turística nos Parques Nacionais brasileiros e Parques Estaduais dos Estados do Paraná e Pernambuco. Caderno de Geografia. vol. 24, núm. 2, 2014, p. 39-55. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=333231478003>
- Prefeitura de Praia Grande. 2019. Geoparque. <https://capitaldoscanyons.com/geoparque/>
- Prefeitura de Torres. 2019. Projeto Geoparque Cânions do Sul lança candidatura a fim de se tornar um Geoparque Mundial da Unesco. <https://torres.rs.gov.br/2019/06/14/projeto-geoparque-canions-do-sul-lanca-candidatura-a-fim-de-se-tornar-um-geoparque-mundial-da-unesco/>
- OMT. 2017. UNWTO Annual Report. <https://www2.unwto.org/publication/unwto-annual-report-2017>
- Santos J, Cândido GA. 2018. Atividades turísticas e indicadores de sustentabilidade: Um estudo em um destino turístico brasileiro. Pasos. Revista de Turismo e Patrimônio Cultural 16 (1): 37-54. http://www.pasosonline.org/Publicados/16118/PS118_03.pdf
- Unesco. 2017. Geoparques Mundiais da UNESCO. ONU: Representação da UNESCO no Brasil, <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/environment/biodiversity/geoparks/>
- Wilder W, Orlandi FV, Giffoni LE. 2004. Excursão Virtual aos Aparados da Serra, RS/SC: aspectos geológicos e turísticos cânions do Itaimbezinho e Fortaleza. <http://www.cprm.gov.br/Aparados/index.htm>

